

ULTRAPERIFÉRICAS

Região quer manutenção do cofinanciamento nos 85%

Por **Alberto Pita**

albertopita@jm-madeira.pt

O vice-presidente do Governo Regional da Madeira, Pedro Calado, defendeu ontem a invocação do artigo que consagra o Estatuto de Regiões Ultraperiféricas para fazer valer a necessidade de manter as taxas de comparticipação de 85% dos fundos comunitários.

Pedro Calado, que falava na primeira reunião de trabalho - Sessão Interna dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, no âmbito da XXIV Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas -, que decorre em Saint-Martin, disse que numa altura em que "está iminente a apresentação de uma nova proposta negociada sobre o futuro Quadro Financeiro Plurianual, pelo presidente do Conselho Europeu Charles Michael", é determinante que seja invocado e recordado esse estatuto.

O que está em causa, alertou, é um conjunto de propostas que estão em cima da mesa e que "serão muito penalizadoras para as nossas regiões especialmente ao nível da futura Política de Coesão, tal como a redução das taxas de cofinanciamento para 70%, ou os recursos or-



Pedro Calado representa a Madeira na XXIV Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

çamentais a afetar aos setores da agricultura, do desenvolvimento rural, do programa POSEI, das pescas e dos assuntos marítimos".

Além disso, acrescentou Pedro Calado, há ainda "a eliminação do

reintroduzido critério da distância no âmbito da Cooperação Territorial Europeia", bem como "a necessidade de podermos financiar a renovação da nossa frota pesqueira artesanal, um aspeto pelo qual nos

temos vindo a bater e que vamos continuar, por forma a garantir mais eficiência e segurança dos nossos pescadores".

Outro dos aspetos abordados pelo vice-presidente do Governo

Regional foi a saída do Reino Unido da União Europeia. Neste momento, "encontramo-nos num período transitório, com negociações num processo muito acelerado e com riscos acrescidos para regiões vulneráveis como as nossas", advertiu.

O fundo de transição para a implementação do Pacto Ecológico foi outro dos temas abordados por Pedro Calado, que pediu que este abrangesse também as Regiões Ultraperiféricas, e fosse "suportado por verbas suplementares às da Política de Coesão".

De acordo com o vice-presidente do Governo Regional, "não há dúvidas que as Regiões Ultraperiféricas, pelo facto de serem fortemente dependentes de combustíveis fósseis, apesar dos esforços para diminuir a sua dependência energética, enfrentarão desafios acrescidos no âmbito da transição energética por força dos seus constrangimentos específicos".

De referir, por outro lado, que no decurso deste encontro, as nove Regiões Ultraperiféricas assinaram uma Declaração Conjunta, que será remetida às diferentes instituições europeias bem como aos três Estados, Portugal, França e Espanha.

Um dos pontos de declaração é precisamente sobre a taxa de cofinanciamento. "Exige, de forma imperativa, a manutenção da taxa histórica de cofinanciamento de 85%, a fim de assegurar o desenvolvimento económico, o progresso social e a continuidade da convergência das RUP. Qualquer redução comprometeria a boa execução dos programas e a realização de projetos nestas regiões", ficou escrito no documento.

FOTO DR